

A TERCEIRIZAÇÃO DOS HOSPITAIS PREJUDICA A POPULAÇÃO.

Vamos entender essa história!

O que é terceirizar os hospitais?

Significa fazer contratos ou convênios, transferindo-se, por exemplo, uma unidade hospitalar pública a uma entidade civil ("sem fins lucrativos"), entregando-lhe bens móveis (máquinas e aparelhos hospitalares), recursos humanos e financeiros, dando-lhe autonomia de gerência para contratar, fazer compras sem licitação; outorgando-lhe, enfim, verdadeiro mandato.

Para gerenciamento, execução e prestação de serviços públicos de saúde.



Por que vão fazer isto?

O Secretário Estadual de Saúde Antônio Faleiros diz que a "administração é emperrada". Ficará mais ágil. Atenderá mais rápido. Terá melhores servidores.

O que vai acontecer na realidade?



Qual o objetivo de toda empresa privada, independente do nome com que aparece?

O Lucro.

O que farão para aumentar os lucros?

Funcionários e população serão prejudicados.

1. Vão demitir funcionários e os que ficarem terão uma sobrecarga de trabalho.

Funcionários do Estado são contratados por concurso público e são chamados os que mostraram mais conhecimento na área para a qual fizeram o concurso.

As empresas privadas muitas vezes contratam parentes, amigos ou por indicações políticas. O que pode levar a piora do serviço prestado.

2. Vão procurar diminuir o atendimento pelo SUS e aumentar os atendimentos cobrados.

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE) recebeu, no dia 15 de fevereiro de 2010, representação de sete entidades da sociedade civil contra a Lei Complementar N.º.1.131/2010, que permite direcionar 25% dos leitos e outros serviços hospitalares para os planos e seguros de saúde privados.

3. Vão estabelecer dois sistemas de atendimento.

Um atendimento para o setor privado e um para o SUS com entradas diferenciadas nos prédios, como já acontece em São Paulo.

4. Como a fiscalização do governo é frágil o desvio de verbas será constante.

Na Capital de São Paulo: OS desvia R\$ 300 milhões, fraude de R\$ 108 milhões na compra de equipamentos, além de fraudes trabalhistas e sonegação de ao menos R\$ 1,2 milhões. O PSF deixou de atender 700 mil pessoas em 2009. Pesquisa com 350 mil usuários do SUS de São Paulo denuncia ausência de vacinas do calendário básico em diversas unidades de saúde e a demora absurda na realização de diversos exames complementares.

Na Bahia, a terceirização dos Programas Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), teve prejuízo estimado em R\$ 40 milhões.

No Rio de Janeiro, do total de mais R\$ 500 milhões gastos pela Secretaria Estadual de Saúde só com medicamentos e material médico-hospitalar para hospitais e UPAs em 2009, 13,7% correspondem a compras feitas sem licitação, sob a alegação de que eram aquisições emergenciais. Medicamentos foram comprados com preço superior ao de mercado.

No Paraná, segundo a Polícia Federal, na Operação Déjà-Vu, realizada em abril de 2010, em duas organizações sociais operantes entre 2003 e 2009, houve o desvio de mais de R\$ 87 milhões. Investigam-se simulações de licitações, superfaturamento de serviços.

A lei é inconstitucional e ilegal.

A lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 do governo Fernando Henrique Cardoso, que permite terceirizar serviços de saúde é inconstitucional e ilegal segundo o voto de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal. E as leis estaduais e municipais (Rio de Janeiro, Natal) que tratam do mesmo assunto também já foram consideradas inconstitucionais por vários tribunais. Elas ferem o direito inscrito na Constituição de 1988 que afirma ser a saúde direito de todos e dever do Estado. As entidades privadas podem complementar os serviços de saúde com seus próprios recursos, mas não assumir a gestão.

Por que não desemperram a Administração?

É fácil. Os trabalhadores sabem como fazer.



Não vamos nos calar. Vamos à luta. Vamos derrubar as terceirizações. Elas são ilegais. O Governo também tem que respeitar as leis do País.

Comite de combate as privatizações

ENTIDADES ORGANIZADORAS:

Comitê: É formado por diversas Personalidades da Sociedade Civil, Parlamentares, Entidades Sindicais, Estudantes, Associações, Movimentos Sociais e Partidos Políticos. PSOL, PCB, PSTU, CSP-CONLUTAS, INTERSINDICAL, STIUEG, SINDQFPA-GO, SINDCOLETIVO, DCE-UFG, CENTRO CULTURAL ELDORADO DOS CARAJÁS, ANDES, TERRA LIVRE, MTL, ANEL, Associação da Feira Hippe, NAJUP, Comissão Pró-Concurso, Mandato Dep. Mauro Rubem PT, Mandato Vereador Elias Vaz PSOL, SintUFG, Sindsaúde